



Ao Senhor

JONATHAS ASSUNÇÃO SALVADOR NERY DE CASTRO

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental

Ministério do Desenvolvimento Regional

Brasília/DF

RECEBIDO

JONATHAS ASSUNÇÃO SALVADOR NERY DE CASTRO

05/02/19

Assunto: Mensagem conjunta das Associações Nacionais do Setor de Saneamento Básico sobre a Medida Provisória Nº 868/2018

Senhor Secretário,

Considerando a imperiosa necessidade de universalização da prestação dos serviços de saneamento básico no Brasil, a Associação Brasileira de Agências de Regulação — ABAR, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental — ABES, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento — AESBE e a Associação Nacional dos Serviços de Saneamento — ASSEMAE vêm, por meio desta, encaminhar ao Governo Federal propostas para o aperfeiçoamento da Medida Provisória 868/2018, conforme documento em anexo.

Para além das propostas ali apresentadas, as entidades entendem ser relevante a adoção de outras medidas complementares que acelerem o investimento e a melhoria da qualidade da gestão setorial (prestação, regulação, planejamento e controle social), entre as quais:

1. Ampliação dos Subsídios

- Subsidiar tarifas sociais de água e esgoto com vistas a promover o acesso dos serviços à população que realmente precisa, e que se enquadre dentro dos critérios estabelecidos para outros benefícios sociais do governo, e incluir o subsídio para saneamento na política social do Governo Federal;
- Criar Fundo Nacional de Saneamento Básico para prestadores públicos.

2. Participação Privada

- Criar formas de participação da União nos projetos de parceria com o setor privado, por meio de aportes federais na composição do CAPEX, em percentuais de 10 a 40% do total, inversamente proporcional ao PIB de cada região, e com foco na universalização de regiões com economia de escala e visão sistêmica e integrada, cujos projetos seriam aprovados pelo Governo Federal;

J. A. Nery de Castro



- Criar Fundo Garantidor de PPPs e Locação de Ativos que possibilite aos prestadores de serviços com menor poder de negociação ter, nos primeiros anos de contrato, acesso a recursos para suportar as contraprestações.
3. Mecanismos de Transparência e de Informação
- Estruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico — SINISA, inclusive na função de portal nacional para acompanhamento das metas de universalização dos planos municipais de saneamento básico.
4. Redução dos custos
- Desonerar o setor da cobrança do PIS/COFINS, cujos valores estariam vinculados a investimentos para a universalização da prestação dos serviços de saneamento básico.
5. Apoio aos prestadores de serviços
- Criar programa nacional de apoio e assistência técnica aos prestadores públicos.

Por fim, nos colocamos à disposição do Governo Federal para o diálogo.

Brasília, 5 de fevereiro de 2019.

Fernando Alfredo Rabello Franco
ABAR

Roberval Tavares de Souza
ABES

Roberto Cavalcanti Tavares
AESBE

Aparecido Hojaij
ASSEMAE